

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.724.757 - SP (2017/0257663-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **NILTON BRITO DE FREITAS**
EMBARGANTE : **MARINA OLINDA ANDRADE SANTOS**
ADVOGADO : **GILBERTO ANTÔNIO MEDEIROS E OUTRO(S) - SP130571**
EMBARGADO : **GIACOMETTI TREVISAM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS**
LTDA - ME
ADVOGADO : **LAERTE SOARES E OUTRO(S) - SP110794**
EMBARGADO : **MASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**
ADVOGADO : **ALBERTO GUIMARÃES AGUIRRE ZURCHER E OUTRO(S) -**
SP085022
EMBARGADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **ANDRÉ LUIZ VIEIRA E OUTRO(S) - SP241878**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DA MORA E DA CITAÇÃO, RESPECTIVAMENTE. EMBARGOS ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Nilton Brito de Freitas e outra à decisão monocrática proferida por este signatário, a qual deu provimento ao recurso especial a fim de, reconhecendo a abusividade do prazo de tolerância previsto para a entrega das obras e reduzindo-o para 180 (cento e oitenta) dias, condenar as promitentes vendedoras ao pagamento de indenização por danos materiais, correspondentes aos lucros cessantes, os quais deverão equivaler a 0,5% do valor do imóvel por mês de atraso.

A decisão está assim ementada (e-STJ, fls. 742-748):

RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. CLÁUSULA DE TOLERÂNCIA. PRAZO MÁXIMO. 180 (CENTO E OITENTA) DIAS. ABUSIVIDADE VERIFICADA NO CASO. DANOS MATERIAIS. CONDENAÇÃO. LUCROS CESSANTES. PRESUNÇÃO. DANOS MORAIS. CIRCUNSTÂNCIA, POR SI SÓ, QUE NÃO ACARRETA ATO ILÍCITO INDENIZÁVEL. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargantes alegam que a decisão embargada foi omissa quanto ao termo inicial da correção monetária e dos juros de mora, devendo ser sanado o vício (e-STJ, fls. 750-751).

Sem impugnação.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, os embargos de declaração possuem índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição ou omissão (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Contudo, na espécie, verifica-se que a decisão embargada, de fato, deixou de se manifestar acerca do termo inicial dos juros de mora e da correção monetária, tornando imperiosa a apreciação das matérias para que seja sanado o vício.

No que tange à correção monetária, de se ver que a jurisprudência do STJ é no sentido de que "a correção monetária não constitui *plus* ou acréscimo material à dívida, mas simples mecanismo de recomposição do seu valor monetário em razão do tempo transcorrido. Assim, no caso de dívida de valor, a correção monetária deve ocorrer a partir de cada desembolso, ou, como na hipótese em exame, a partir da data em que as primeiras recorrentes deviam pagar aluguéis aos compradores do imóvel. Aplica-se, assim, a Súmula n. 43/STJ: 'Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo'" (REsp 1.661.139/SP, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/5/2017, DJe 16/5/2017).

Por sua vez, em relação aos juros de mora, o termo inicial é a data da citação, levando-se em consideração que a presente demanda se refere a uma relação contratual (c.f. EREsp 1.341.138/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 9/5/2018, DJe de 22/5/2018).

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, a fim de, sanando a omissão, determinar que a correção monetária e os juros de mora

Superior Tribunal de Justiça

incidam, respectivamente, a partir da data em que as ora embargadas deveriam pagar os alugueis aos ora embargantes e da data da citação.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

